

Nº 140

**Evolução do mercado de trabalho nos
Estados Unidos e Europa em decorrência
da crise econômica**

22 de março de 2012

Comunicados do Ipea

Governo Federal

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**
Ministro Wellington Moreira Franco

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Geová Parente Farias

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, substituto

Marcos Antonio Macedo Cintra

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Vanessa Petrelli Corrêa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Francisco de Assis Costa

Diretor de Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Fábio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

Comunicados do Ipea

Os *Comunicados do Ipea* têm por objetivo antecipar estudos e pesquisas mais amplas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com uma comunicação sintética e objetiva e sem a pretensão de encerrar o debate sobre os temas que aborda, mas motivá-lo. Em geral, são sucedidos por notas técnicas, textos para discussão, livros e demais publicações. Os *Comunicados* são elaborados pela assessoria técnica da Presidência do Instituto e por técnicos de planejamento e pesquisa de todas as diretorias do **Ipea**.

Desde 2007, mais de cem técnicos participaram da produção e divulgação de tais documentos, sob os mais variados temas. A partir do número 40, eles deixam de ser *Comunicados* da Presidência e passam a se chamar *Comunicados do Ipea*. A nova denominação sintetiza todo o processo produtivo desses estudos e sua institucionalização em todas as diretorias e áreas técnicas do **Ipea**.

Apresentação¹

Este comunicado é resultado das atividades do Grupo de Trabalho sobre a Crise (GT Crise) do Ipea e apresenta um panorama sobre as repercussões da crise financeira internacional focando os desenvolvimentos recentes ocorridos nos países desenvolvidos, em particular nos Estados Unidos da América (EUA), onde se iniciou, e na Europa, onde se encontra o atual epicentro.

O Comunicado inicia-se com sucintas considerações sobre o desenvolvimento da crise nas economias centrais, o que é seguido de uma descrição da trajetória do Produto Interno Bruto (PIB) nos EUA e Europa. É estabelecida então uma padronização para o comportamento dos países europeus, e a partir disto, se faz a análise do mercado de trabalho nos EUA e Europa.

Nos EUA os dados para o mercado de trabalho confirmam a ligeira recuperação do setor produtivo, mas com níveis baixos de salários e a manutenção de uma grande massa de desempregados. O processo observado no continente europeu permite uma clara padronização do comportamento do mercado de trabalho entre os países do Norte, do Sul e do Leste europeus, refletindo uma divisão do trabalho entre os países da região e seu grau de comprometimento diante da crise. Enquanto os países do Norte e do Leste apresentam um padrão de estabilização tendendo à melhora, os países do Sul do continente claramente vivem uma situação econômica preocupante.

Como se pode ver ao longo do comunicado, a crise permanece instalada nas principais economias do mundo e a compreensão e o enfrentamento de seus efeitos é uma necessidade para os países em desenvolvimento como o Brasil.

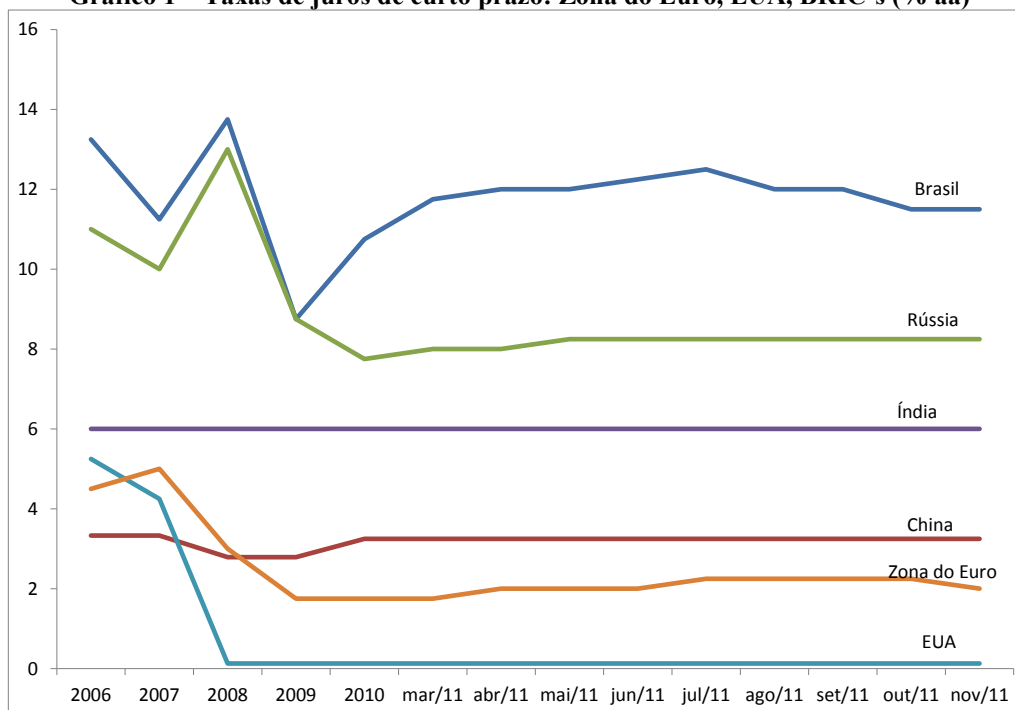
1. A permanência da crise

O segundo semestre de 2011 foi caracterizado pelo agravamento da crise financeira internacional, justamente em um momento em que os indicadores das principais economias sinalizavam uma recuperação, ainda que lenta. Desta vez, o epicentro localizou-se na periferia da Zona do Euro, a partir da percepção dos mercados financeiros de que a situação fiscal de países como Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália estava em franco processo de deterioração, gerando dúvidas quanto à sustentabilidade das dívidas públicas daquelas economias, refletindo-se em maiores custos para a sua rolagem. A exigência de ajustes fiscais severos, por sua vez, trouxe receios quanto à capacidade de recuperação dos níveis de renda e emprego dessas economias. O retardamento da recuperação econômica, por seu turno, produziu novas inquietações quanto à capacidade de arrecadação fiscal, em um círculo vicioso no qual o

ajuste fiscal ao dificultar o processo de geração de renda e arrecadação, exige novos ajustes no futuro.

Apesar da gravidade do problema, ele ainda parece restrito às economias que compõem esta região, sem aparentes efeitos de transbordamento para algumas das mais importantes economias emergentes. Nestes países observa-se um padrão diferente, mantendo-se o crescimento, notadamente na Argentina, Brasil, Índia e China. Mesmo nos casos em que se observa alguma desaceleração, esta não é comparável àquela ocorrida por ocasião dos eventos de 2008. Em outras palavras: em termos agregados, os efeitos da restrição ao crédito doméstico que atingiu a União Europeia, em geral e a Zona do Euro, em particular, durante o ano de 2011 ainda não parece ter registrado efeitos de transbordamento relevantes.

Gráfico 1 – Taxas de juros de curto prazo: Zona do Euro, EUA, BRIC's (% aa)



Fonte: FMI/IFS, elaboração própria

Por outro lado, a política monetária expansiva da Zona do Euro, tem proporcionado uma tendência baixista nas taxas de juros dos países que a compõem. O retardo na recuperação da economia norte-americana tem apontado tendência semelhante, com um compromisso explícito de não elevação da taxa básica nos próximos dois anos. A tendência vem sendo seguida por importantes economias em desenvolvimento. Entre os BRIC's, as maiores taxas ainda são registradas pelo Brasil e pela Rússia (gráfico 1).

A tendência baixista das taxas de juros nos países do centro do capitalismo mundial está associada a dois movimentos, em geral benéficos às assim chamadas economias emergentes. O primeiro deles é a liberação de uma massa de recursos financeiros em

direção às economias que oferecem maior remuneração. Devido à longevidade da crise, justificam-se as expectativas de manutenção das taxas de juros internacionais em patamares reduzidos durante um longo período, o que permite projetar um amplo período de abundância de liquidez internacional.

Em síntese, os dados sinalizam as seguintes perspectivas para as economias em desenvolvimento:

- i) Aparentemente, o mercado de crédito ainda não sofreu os efeitos da contração observada na Zona do Euro.
- ii) Os fluxos financeiros continuam buscando nas economias emergentes e em desenvolvimento oportunidades de remuneração. Os investimentos em carteira sofreram um arrefecimento em decorrência dos eventos ocorridos no segundo semestre de 2011, mas a perspectiva de manutenção de baixas taxas de juros nas economias centrais permite projetar um horizonte de abundância de fluxos financeiros para as economias emergentes e em desenvolvimento.
- iii) As perspectivas de manutenção da demanda chinesa por *commodities* agro-minerais permite projetar um horizonte de preços ainda elevados.
- iv) As atenções devem voltar-se à possibilidade de dificuldades no financiamento do comércio exterior, que podem provocar sua retração, ainda que momentânea, com reflexos nos preços internacionais.
- v) Um agravamento da crise pode ainda provocar perturbações nos fluxos financeiros em carteira.

2. Comportamento do PIB nos países desenvolvidos

a. Estados Unidos

Oficialmente, os Estados Unidos saíram da recessão que se seguiu ao colapso dos mercados “subprime” em julho de 2009. No último de trimestre de 2011, o PIB cresceu a uma taxa anualizada de 2,8%. Porém, retirando-se os componentes mais voláteis – gasto com defesa (que decresceu) e formação de estoques privados (que cresceu substancialmente) – a demanda final cresceu apenas 1,5%; também vale notar que todos os investimentos não residenciais desaceleraram, e que o aumento no consumo das famílias (2%) foi contrabalançado por uma redução na poupança das mesmas².

Gráfico 2 – Trajetória do PIB dos EUA em valores reais (base= 2005)



Fonte: Bureau of Economic Analysis (US. Dept. of Commerce).

b. Europa

Os países europeus são compreendidos não apenas como os 17 países que integram a união monetária, nem somente como os 27 que constituem a união política, mas sim como os 30 países listados no Quadro 1, que englobam os acima mencionados e mais três outros (cuja relevância para a história da Europa encontra-se acima de discussão). Por apresentarem dinâmicas diferenciadas do ponto de vista econômico e laboral, esses 30 países são divididos em três grupos distintos: os do norte, do sul e do leste europeu. Não obstante essa divisão se basear em critérios geográficos, quando se observam as dinâmicas econômicas e laborais desses grupos de países, percebe-se que ela é de alguma utilidade como instrumento analítico.

Este comunicado lida com informações disponibilizadas pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – <http://www.oecd.org>). Trata-se de dados sobre o produto interno dos países, bem como sobre a participação, o desemprego, a ocupação e a remuneração do trabalho. Essas informações foram condensadas para cada um dos três grupos acima descritos (norte, sul e leste), utilizando-se médias aritméticas simples.

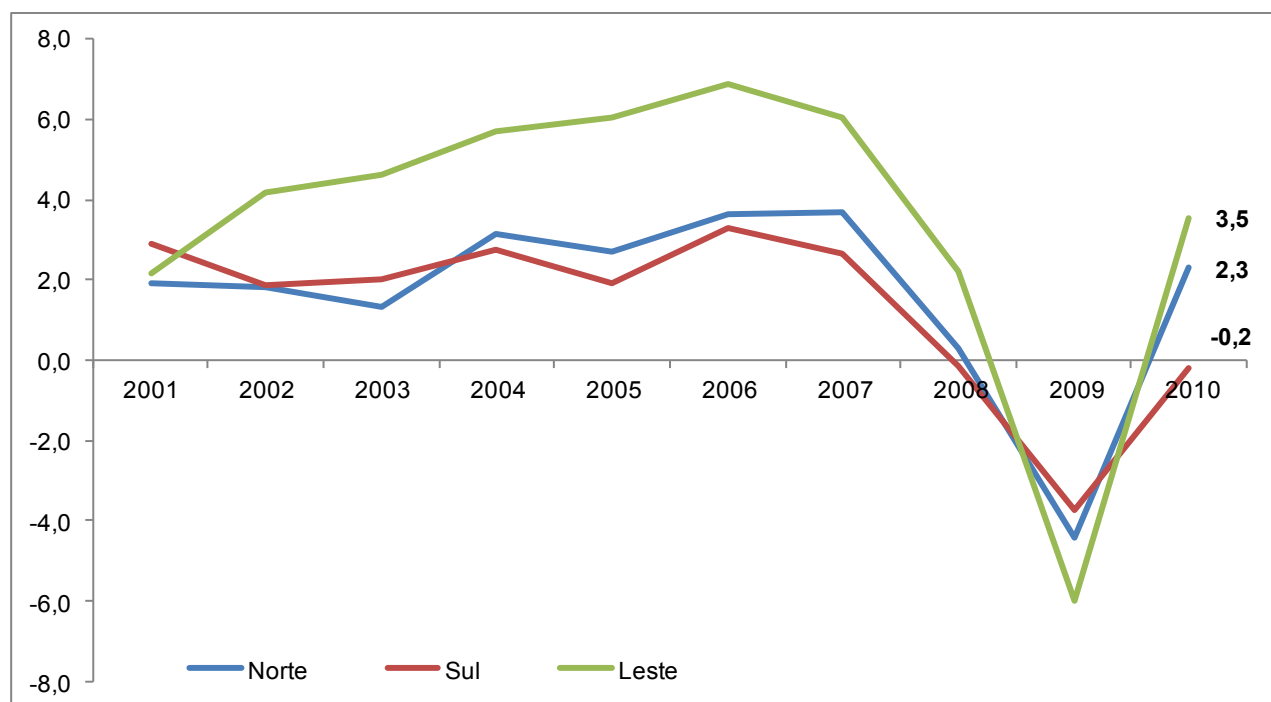
Quadro 1 – Grupos de países na Europa³

Norte	Alemanha
	Áustria
	Bélgica
	Dinamarca
	Finlândia
	França
	Holanda
	Irlanda
	Luxemburgo
	Noruega
	Reino Unido
	Suécia
	Suíça
Sul	Espanha
	Grécia
	Itália
	Malta
	Portugal
Leste	Bulgária
	Chipre
	Eslováquia
	Eslovênia
	Estônia
	Hungria
	Letônia
	Lituânia
	Polônia
	República Checa
	Romênia
	Turquia

3. Evolução do PIB

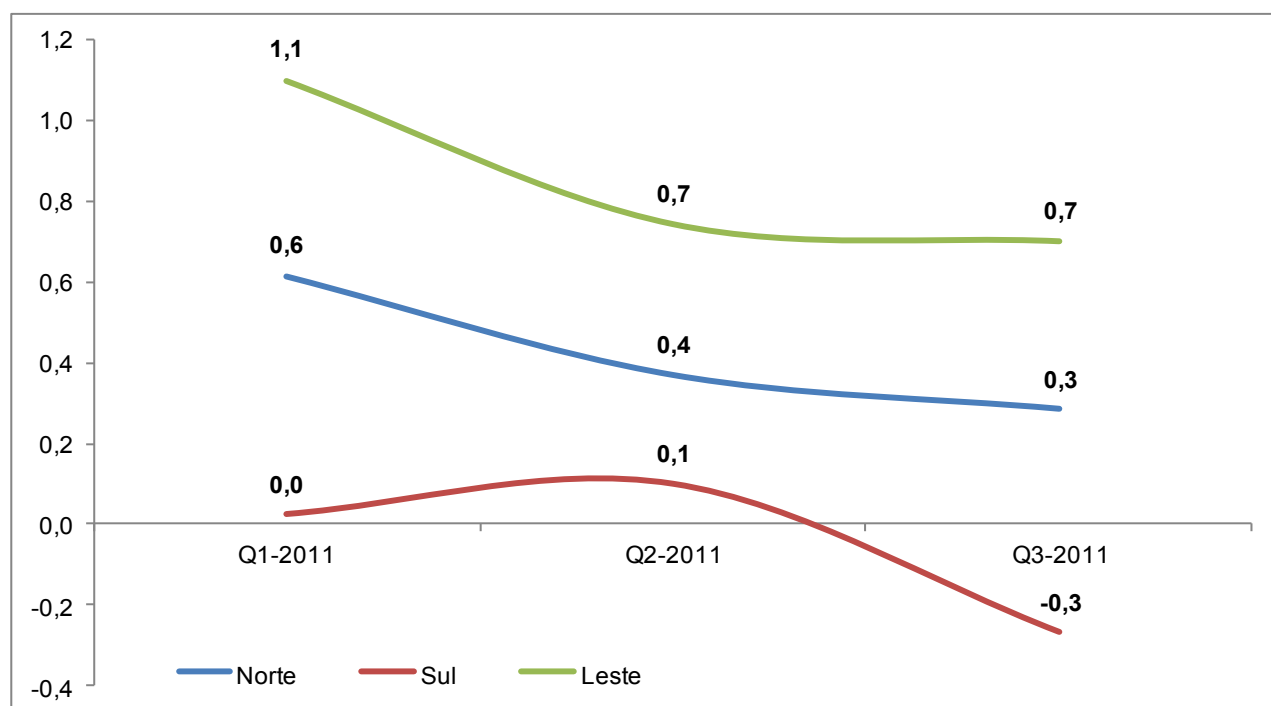
A crise internacional teve impactos significativos sobre as economias dos países europeus, especialmente no ano de 2009, quando as taxas de expansão do PIB tornaram-se negativas nos três grupos analisados. Em médias aritméticas simples, os países do norte registraram uma contração de 4,4% em suas economias, percentual só superado pelos 6,0% dos países do leste europeu. Os países do sul, embora tenham observado uma contração menos acentuada em 2009, demonstraram uma capacidade de recuperação claramente inferior nos períodos seguintes. Em 2010 e 2011, suas economias continuaram se contraindo, enquanto as dos demais grupos já voltaram a registrar expansão, ainda que em patamar abaixo do verificado antes da eclosão da crise em 2008, como mostram os Gráficos 3 e 4.

Gráfico 3 – Taxa de crescimento anual do PIB – em % sobre o ano anterior – 2001 a 2010



Fonte: OCDE

Gráfico 4 – Taxa de crescimento trimestral do PIB – em % sobre o trimestre anterior – 2011



Fonte: OCDE

4. Situação do mercado de trabalho nos países desenvolvidos

Nas análises seguintes, parte-se da premissa de que a evolução dos níveis de emprego e de remuneração do trabalho constitui-se em indicador chave da capacidade dos países em reverter os efeitos da crise, por dois motivos: (i) a massa de salários e

remunerações de autônomos constitui-se em um dos principais componentes da demanda interna de bens de consumo e serviços, especialmente no momento em que o crescimento dos gastos governamentais está restrito por políticas de austeridade fiscal; (ii) um dos elementos estruturais da crise nos Estados Unidos e na Europa foi o descompasso entre valorização dos ativos financeiros e a estagnação da remuneração do trabalho. Assume-se, portanto, que na origem da crise está uma dificuldade de *realização do valor*.

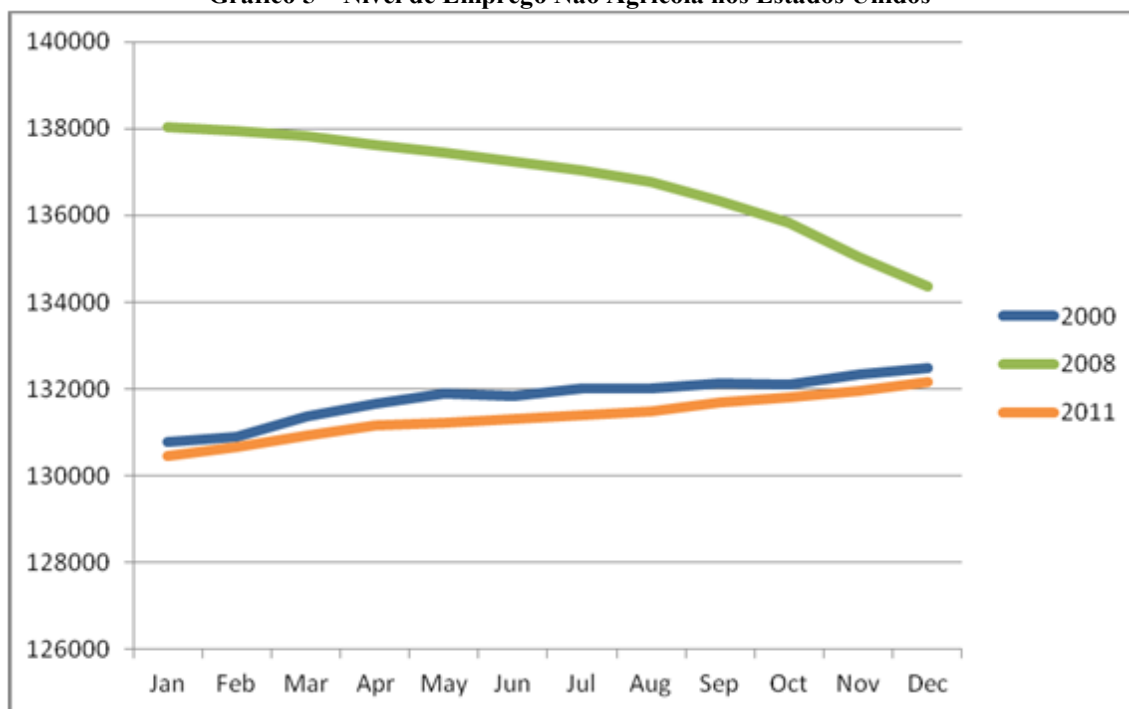
a. Estados Unidos

A retomada do crescimento econômico dos EUA a partir de julho de 2009 se traduziu em uma pequena queda no desemprego, ainda que insuficiente para alcançar os patamares de emprego e renda anteriores à crise. Dados do Bureau of Labor Statistics (BLS) apontam a geração de novos empregos assalariados e queda da taxa de desemprego ao longo do último trimestre de 2011.

Com base nos dados de estabelecimentos⁴, estima-se que em janeiro de 2012 foram criados aproximadamente 243 mil novos empregos não-agrícolas, alcançando-se um crescimento de cerca de 1,7 milhão nos últimos doze meses. Esses dados são ajustados para corrigir flutuações sazonais. Maiores ganhos foram observados nos setores de serviços profissionais e a empresas, lazer & hospitalidade e indústrias manufatureiras. Porém, deve ser observado que o nível de emprego não agrícola estimado (132,4 milhões com ajuste sazonal) ainda se encontra bem abaixo do nível de janeiro de 2008 (138 milhões) – o que indica que os efeitos da crise não foram ainda plenamente revertidos.

Ainda de acordo com os dados de estabelecimentos, as horas trabalhadas no setor privado não apresentaram alteração significativa, passando de 34,3 horas semanais em janeiro de 2011 para 34,5 horas em janeiro de 2012. A remuneração por hora trabalhada também cresceu muito pouco: 1,9% nos últimos 12 meses. Esses dados sugerem que qualquer aumento na massa dos rendimentos (e na demanda interna) depende do crescimento dos postos de trabalho, mais do que dos ganhos salariais.

Gráfico 5 – Nível de Emprego Não Agrícola nos Estados Unidos

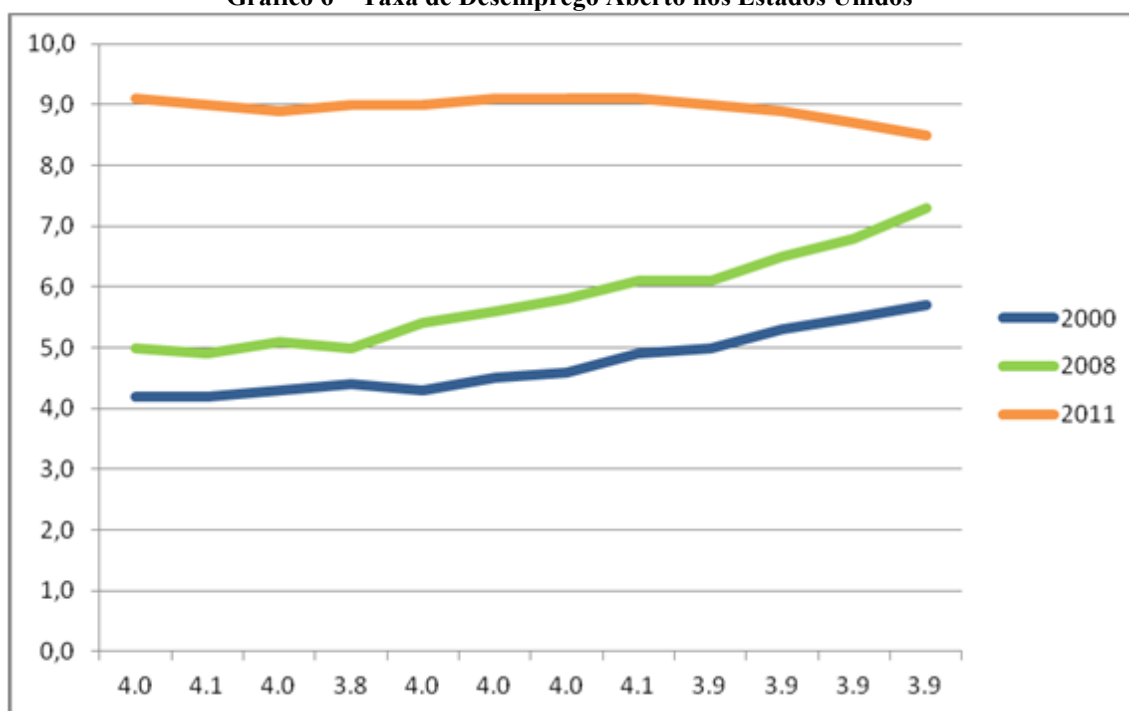


Fonte: BLS. Elaboração Própria.

A taxa de desemprego aberto (conceito mais restrito, com ajuste sazonal) está em 8,3% em janeiro de 2012 (um ano antes, era de 9,1%), estimando-se um total de quase 12,8 milhões de pessoas nesta situação. A mesma queda é observada no conceito “estendido” de desemprego (que adiciona os trabalhadores em tempo parcial e pessoas marginalmente ligadas à PEA – inclusive pessoas desalentadas): a taxa de desemprego passou de 16,6 para 15,2%⁵.

Outro indicador que aponta na mesma direção é a diminuição das demissões massivas no terceiro trimestre de 2011, tanto em número de eventos quanto em número de trabalhadores demitidos. Chama a atenção que diminuíram principalmente as demissões motivadas pela (queda na) demanda.

Gráfico 6 – Taxa de Desemprego Aberto nos Estados Unidos



Fonte: BLS. Elaboração Própria.

Atualmente, a principal questão parece ser a severidade do desemprego gerado pela crise. Em janeiro de 2012, cerca de 42% dos desempregados eram de longa duração – estão procurando emprego há mais de 6 meses. Esta proporção tem se mantido estável desde o fim da recessão, e está muito acima de 2007 (quando se situava entre 15 e 20% do desemprego aberto). Outro indicador que também informa sobre a severidade do desemprego é a razão entre pessoas em busca de emprego e geração líquida de postos de trabalho. Ainda em fins de 2011, esta razão estava acima de 4 para 1, tendo alcançado quase 7 para 1 no final da recessão⁶.

Em suma, todos indicadores relativos aos Estados Unidos sugerem uma recuperação leve do nível de emprego, mas ainda longe de reverter os efeitos da crise no mercado de trabalho. O desemprego de longa duração é um ponto particularmente tenso, porque o seguro-desemprego normalmente só cobre 26 semanas; legislações aprovadas durante a crise estenderam tal período para 99 semanas, e a sua renovação está em discussão neste momento. Tudo indica que não há como reverter tal decisão sem arriscar um aumento da pobreza, dada a insuficiência das vagas abertas na recuperação frente ao contingente de desempregados.

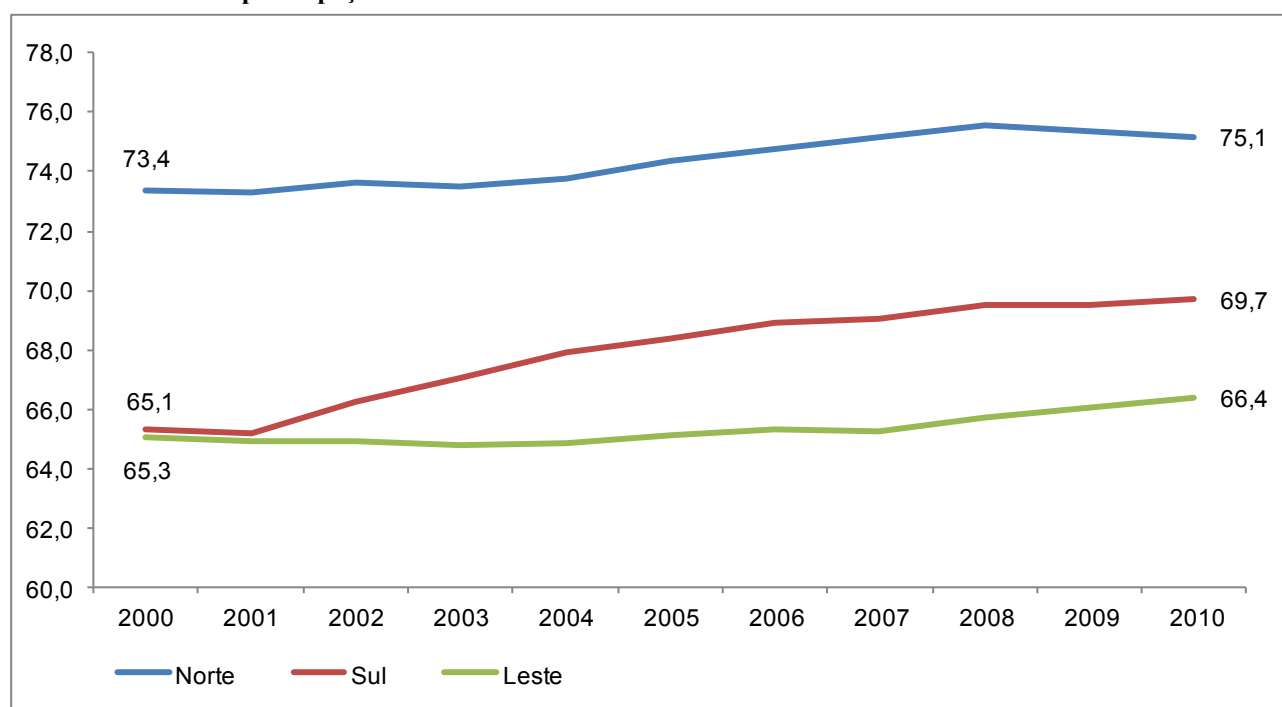
b. Europa

Como afirmado acima, o mercado de trabalho europeu apresenta padrões distintos nos diferentes grupos de países selecionados como veremos a partir daqui.

Evolução da participação

A taxa de participação refletiu os efeitos dessas dinâmicas dos diferentes grupos de países, tal como pode ser visto no Gráfico 6. Entre os países do norte, que apresentam elevada atividade em meio à sua população entre 15 e 64 anos de idade (especialmente por conta da maior presença das mulheres no mercado laboral), a taxa de participação declinou após a crise internacional. Fato semelhante ocorreu nos países do sul europeu, onde essa taxa estacionou no patamar de 69,7%, evidenciando que o mercado de trabalho tornou-se pouco atrativo após 2008.

Gráfico 7 – Taxa de participação – em % da PIA de 15-64 anos – série harmonizada – 2000 a 2010



Fonte: OCDE

Os países do leste, com menor atividade em sua população entre 15 e 64 anos, registraram fenômeno diferente, com a taxa de participação subindo até 66,4%. Uma hipótese para explicar isso, além do espaço ainda existente para a incorporação das mulheres ao trabalho, pode ser a menor densidade da proteção assegurada pelos governos do leste à população em situação de desemprego (como as transferências monetárias). Mesmo com o mercado laboral pouco atrativo, essa população pode ter sido forçada a ele diante de uma proteção sem densidade suficiente – evento menos provável, pelo menos até o momento, nos demais grupos de países (principalmente nos do norte europeu).

Evolução do desemprego

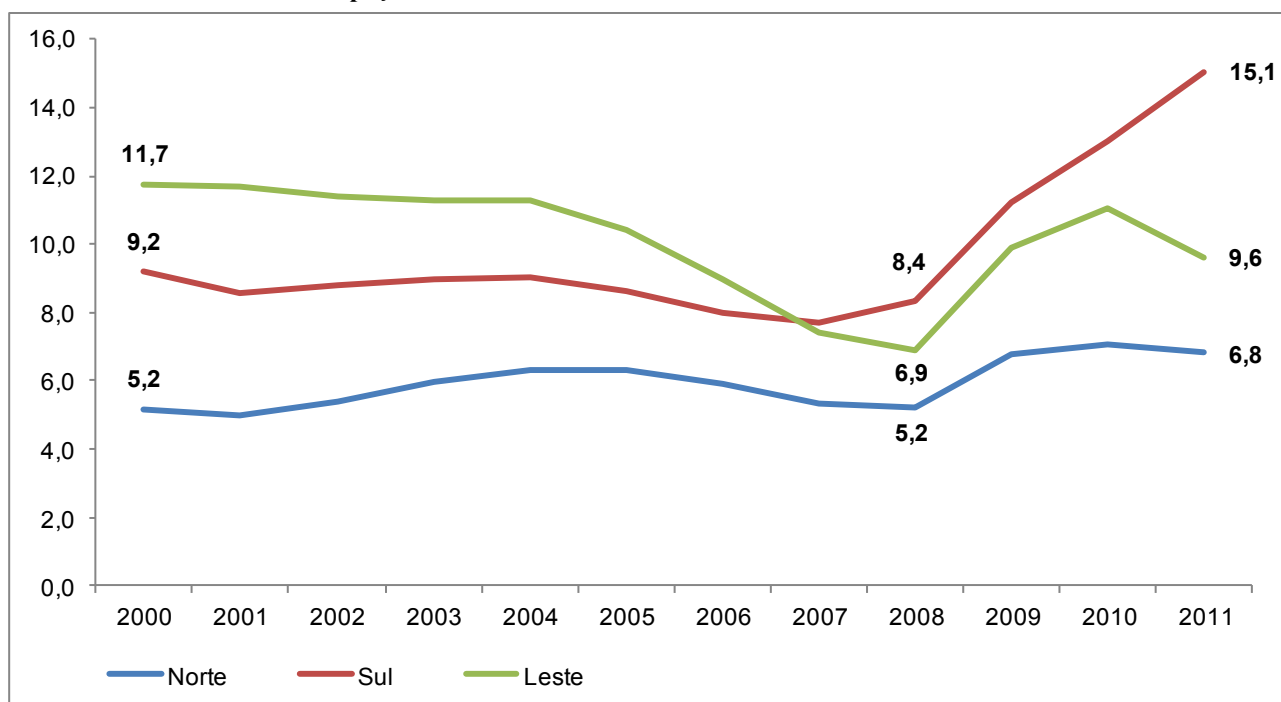
Os impactos mais significativos da crise internacional são os constatados nas taxas de desemprego, como pode ser examinado no Gráfico 8 e na Tabela 1. No caso dos países do sul, a população desempregada começou a se expandir já em 2008, ampliando-se verticalmente a partir de então. Em 2011, as taxas atingiram 15,1% da população ativa, quase duas vezes o valor alcançado imediatamente antes da eclosão da crise (7,7%). Em meio aos países europeus do leste, o desemprego cresceu entre 2009 e 2010, chegando a 11,1% da população ativa. Mas, já em 2011, as taxas passaram a recuar, sinalizando uma melhora no mercado laboral, mesmo que apenas relativa – pois essas taxas ainda estão em um patamar 39,3% acima do registrado logo antes da crise (6,9%). No caso dos países do norte, a população desempregada também aumentou entre 2009 e 2010, mas de maneira menos dramática. E, já em 2011, as taxas de desemprego declinaram para 6,8%, indicando um melhor funcionamento do mercado de trabalho, mesmo que ele seja relativo. Em outras palavras, a crise internacional impactou o mercado laboral europeu especialmente por meio do desemprego. O fechamento de postos de trabalho (ou a sua criação em número reduzido) foi uma variável de ajuste importante para as empresas e os governos diante da contração de suas economias, particularmente nos países do sul. Estes últimos vivem nos dias atuais um hiato de desemprego significativo e crescente em relação aos demais países do continente.

Tabela 1 – Países com maior taxa de desocupação aberta – em % da PEA – 2011

	%
Espanha	21,7
Grécia	17,4
Irlanda	14,4
Eslováquia	13,4
Portugal	12,7
Hungria	10,9

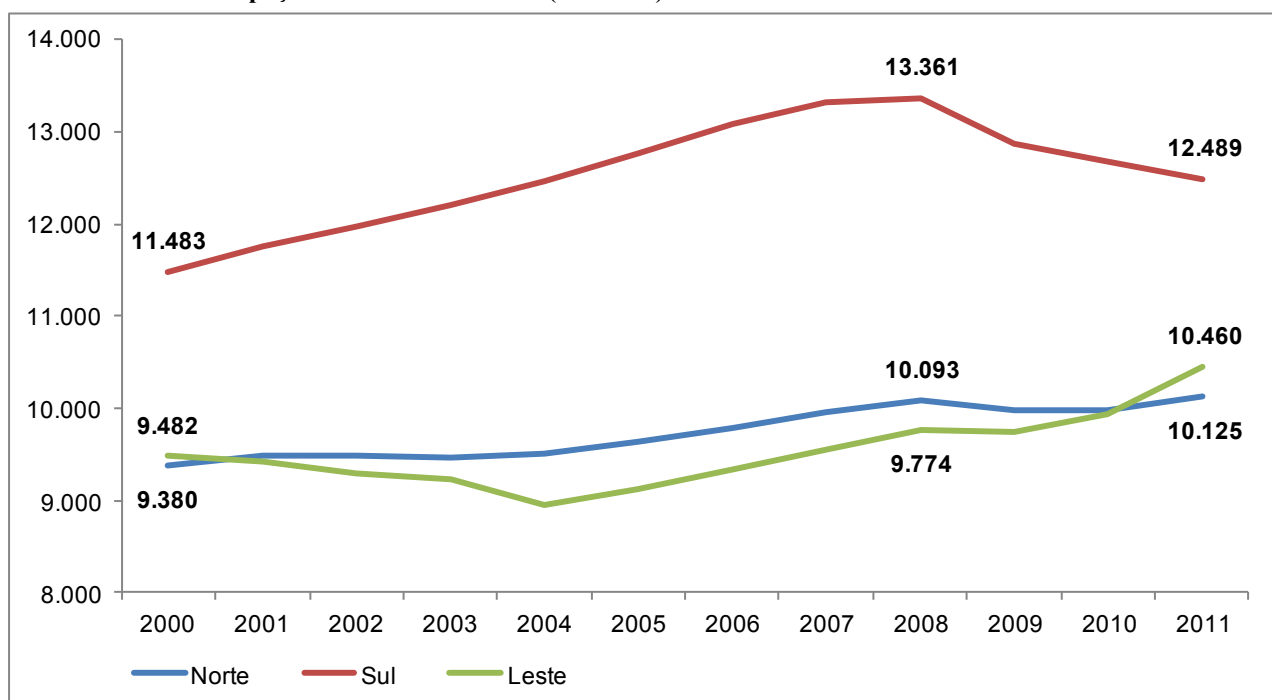
Fonte: OCDE

Gráfico 8 - Taxa de desocupação aberta – em % da PEA – série harmonizada – 2000 a 2011



Fonte: OCDE

Gráfico 9 – Ocupação total média – em nº (milhares) – série harmonizada – 2000 a 2011

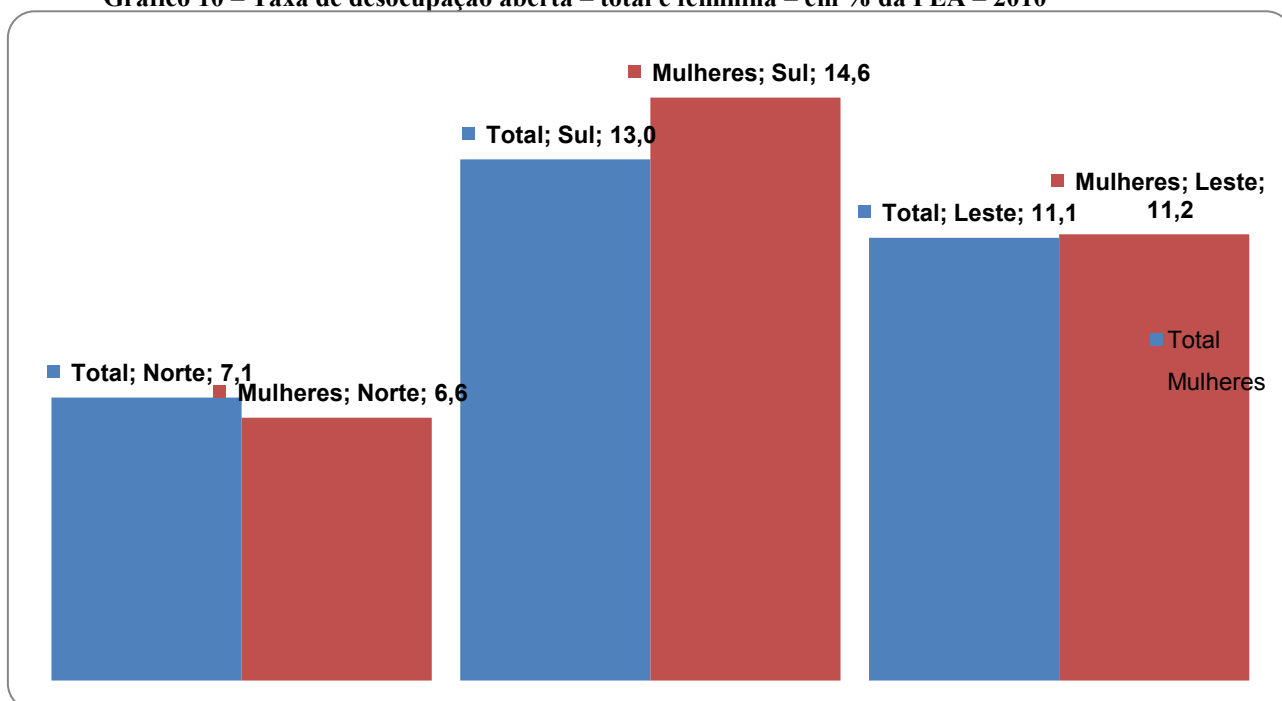


Fonte: OCDE

Ao contrário do verificado no restante do continente europeu, o crescimento do desemprego nos países do sul esteve relacionado com o encerramento de oportunidades de trabalho. Considerando a média aritmética simples de cada país, nota-se que o

número de ocupações no sul caiu de 13,36 milhões em 2008 para 12,49 milhões em 2011, como pode ser examinado no Gráfico 9. Fato bastante distinto ocorreu no norte e no leste, onde a média de ocupações em cada país caiu em 2009, mas já começou a subir em 2010 ou em 2011. Neste último ano, o número de ocupações já é ligeiramente superior ao verificado antes da eclosão da crise (no caso do norte) ou até mesmo significativamente superior (no caso do leste europeu). Resumindo, o fechamento de postos de trabalho foi a principal variável de ajuste para as empresas e os governos do sul frente à contração econômica. Situação bem mais grave que a constatada nos países do norte e do leste, onde esse fechamento foi momentâneo e, em alguma medida, já superado em 2011.

Gráfico 10 – Taxa de desocupação aberta – total e feminina – em % da PEA – 2010

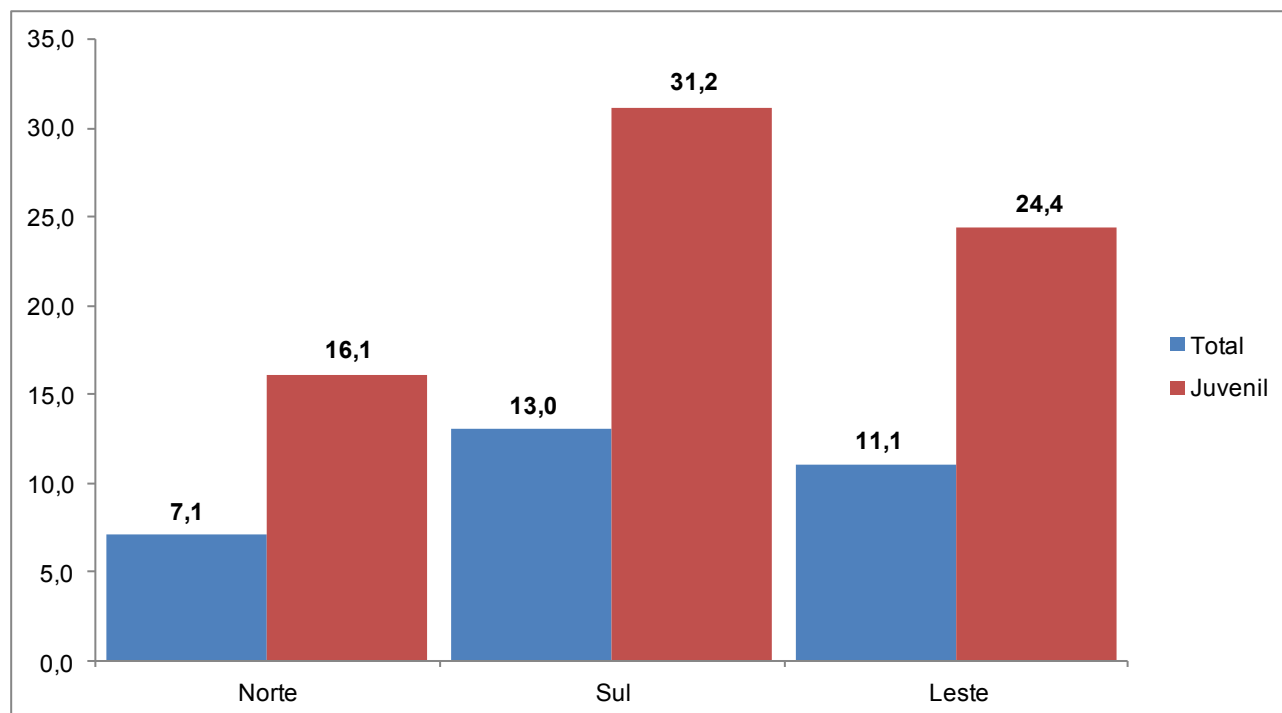


Fonte: OCDE

Procurando caracterizar melhor o desemprego, o Gráfico 10 mostra que, ao contrário de outras partes do mundo, não há diferenças muito expressivas em termos de taxas entre homens e mulheres nos países europeus, seja no norte, no sul ou no leste. De acordo com as taxas de desemprego apresentadas, o fenômeno afeta ambos os grupos de gênero em grau relativamente semelhante. Por sua vez, o Gráfico 11 e a Tabela 2 indicam que os jovens são o segmento mais impactado pelo atual desemprego na Europa. Como regra, suas taxas são mais do que o dobro das verificadas no conjunto da população, chegando a mais de 40% em alguns países do sul em 2010. Por fim, o Gráfico 11 ilustra que, ao contrário de outras partes do mundo, o desemprego de longa duração (mais de um ano) é um fenômeno relevante hoje no continente europeu,

alcançando até 47,7% dos desocupados. No caso dos países do norte, isso pode ser um reflexo não só da crise internacional, mas também da proteção estatal assegurada à população desocupada (em termos de transferências monetárias ou de serviços de qualificação). Mas, nos países do sul, esse desemprego pode ser um indicador das dificuldades adicionais a serem enfrentadas nos próximos anos, dado que países como Espanha, Portugal, Itália e Grécia iniciam neste momento um processo de desconstrução dessa proteção estatal – como parte da resposta à crise fiscal posterior a 2008.

Gráfico 11 – Taxa de desocupação aberta – total e juvenil – em % da PEA – 2010



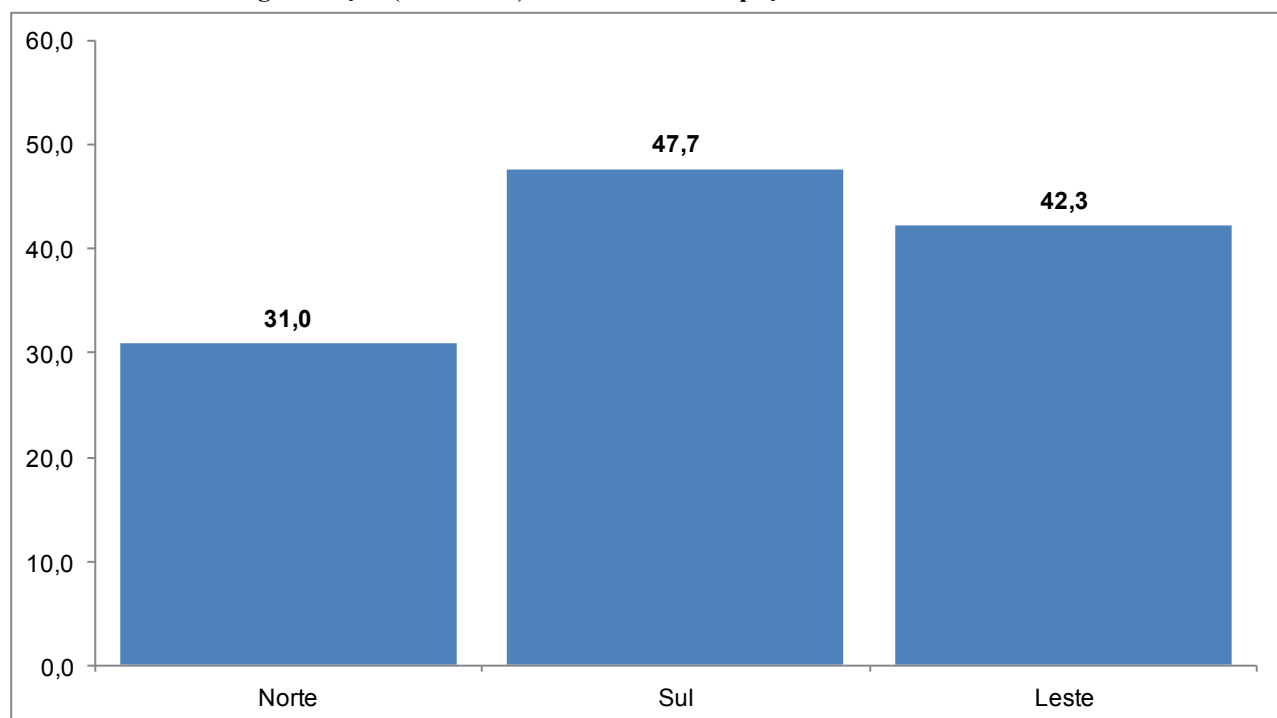
Fonte: OCDE

Tabela 2 – Países com maiores taxas de desocupação aberta – em % da PEA juvenil (15 a 24 anos) – 2010

	%
Espanha	41,6
Eslováquia	33,6
Grécia	32,9
Estônia	32,0
Irlanda	28,7
Itália	27,9

Fonte: OCDE

Gráfico 12 – Proporção de desocupação aberta de longa duração (1 ano ou +) – em % da desocupação total – 2010

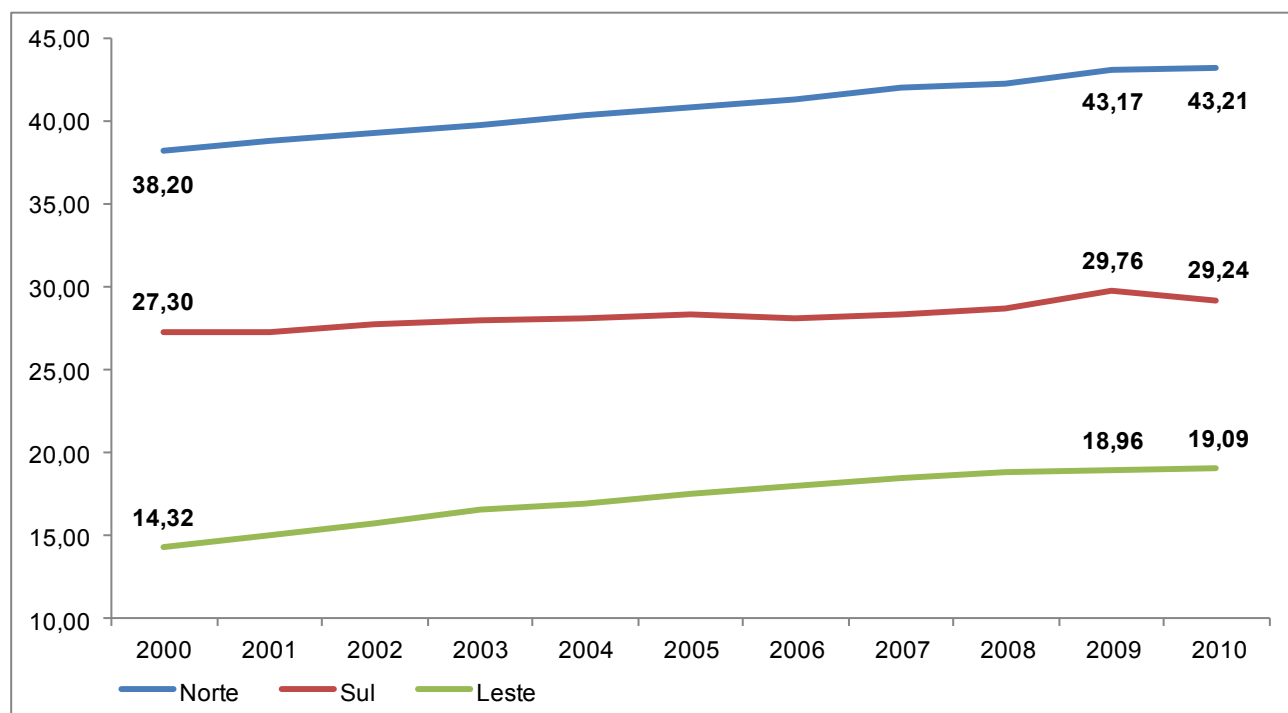


Fonte: OCDE

Evolução da remuneração do trabalho

De modo associado ao desemprego (ainda que posteriormente a ele), outros impactos da crise internacional se dão sobre a remuneração do trabalho, como pode ser visto no Gráfico 13 e na Tabela 3. Entre 2000 e 2009, essa remuneração cresceu 13,0% em termos reais nos países do norte, 9,0% nos países do sul e nada menos que 32,4% nos países do leste – que, não obstante, continuam com valores equivalentes a apenas 44% daqueles pagos aos trabalhadores no norte europeu. Entretanto, após 2009, é possível verificar que, para além do desemprego, a remuneração também passou a ser uma variável de ajuste diante da contração das economias, especialmente nos países do sul. Nestes últimos, os valores pagos por empresas e governos aos trabalhadores encolheram 1,7% entre 2009 e 2010, ao passo que, nos demais grupos de países, os valores permaneceram estáveis ou até mesmo cresceram ligeiramente. Em outros termos, ainda que seja cedo para falar em um maior hiato de remuneração do trabalho entre os grupos de países europeus (até porque os países do leste continuam com valores inferiores aos do sul), parece claro que essa remuneração passou a ser uma variável de resposta à crise no sul da Europa, acompanhando o desemprego – que já o era desde 2008.

Gráfico 13 – Remuneração anual média do trabalho – trabalhador equivalente no conjunto da economia – em milhares de USD PPPs de 2010 e em valores constantes de 2010



Fonte: OCDE

Tabela 3 – Variação da remuneração anual média do trabalho – trabalhador equivalente no conjunto da economia – em % - 2000 a 2010

	2009/00	2010/09
Norte	13,0	0,1
Sul	9,0	-1,7
Leste	32,4	0,7

Fonte: OCDE

Evolução da composição da ocupação

A composição setorial da ocupação nos países europeus vem se alterando gradualmente desde o início da década de 2000, no sentido de reduzir a relevância da ocupação na agropecuária, na construção civil e na indústria de transformação, bem como na direção de ampliar a importância da ocupação nos serviços em geral. Antes da crise de 2008, a exceção estava nos países do leste, cujo peso da indústria/construção ainda era crescente em sua estrutura ocupacional, ao contrário dos países dos demais grupos – que, aliás, já possuíam um peso bem maior dos serviços em suas estruturas. Seja como for, com a crise internacional, verifica-se uma aceleração relativa dessa alteração da composição setorial da ocupação, como pode ser visto na Tabela 4 e no Gráfico 14. A agropecuária continua perdendo espaço gradualmente, enquanto a indústria/construção o faz mais acentuadamente. Nos países do norte europeu, a proporção de trabalhadores neste setor cai de 23,8% para 21,4% entre 2007 e 2010. Nos países do leste, cai de 34,0% para 30,9%. E, nos países do sul, cai de 28,3% para 25,0%. Com os dados disponíveis, não é possível especificar qual porção desse movimento se

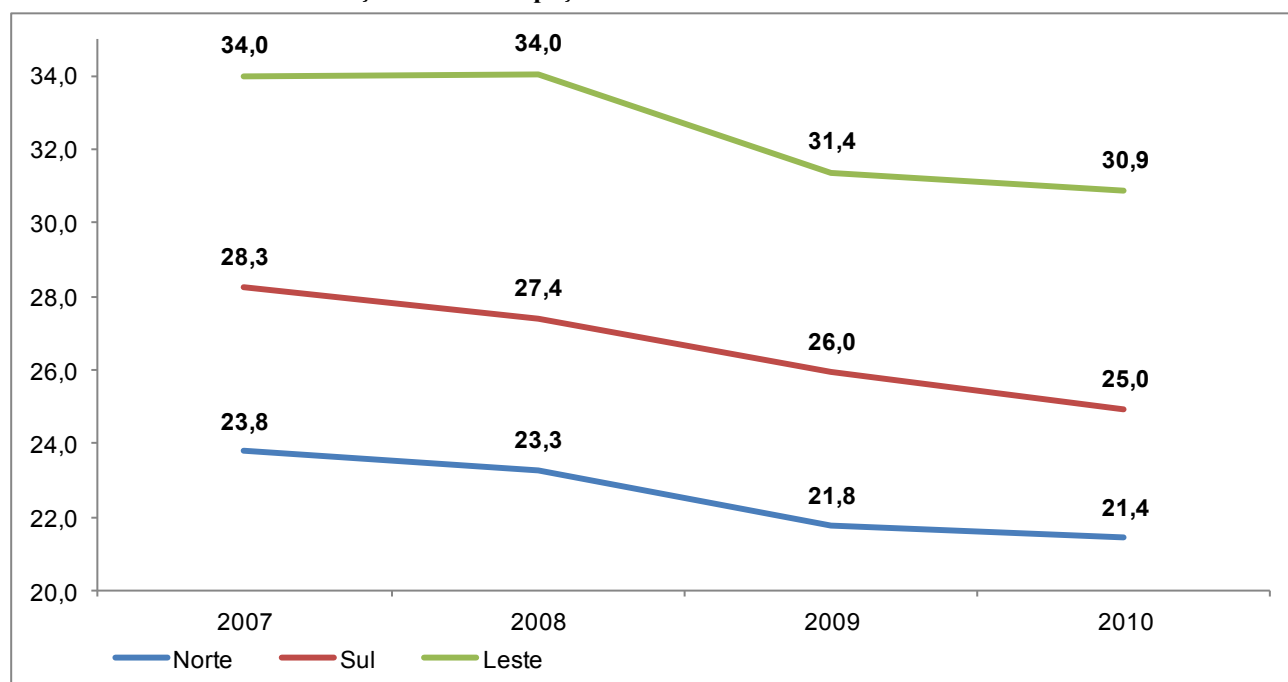
deve à indústria de transformação ou à construção civil – que, notoriamente, foi muito afetada pela crise internacional a partir de 2008. De toda maneira, nos três grupos estudados, a ocupação nos serviços é que funciona como amortecedor dos impactos da crise, aumentando ainda mais sua participação na estrutura ocupacional dos países europeus.

Tabela 4 – Composição setorial da ocupação total – em % – 2000 a 2010

Agropecuária	2000	2007	2008	2009	2010
Norte	3,7	3,1	3,0	2,9	2,8
Sul	10,6	8,0	7,8	7,7	7,9
Leste	14,6	10,1	9,9	9,9	9,7
Indústria/Construção	2000	2007	2008	2009	2010
Norte	25,9	23,8	23,3	21,8	21,4
Sul	30,3	28,3	27,4	26,0	25,0
Leste	33,3	34,0	34,0	31,4	30,9
Serviços	2000	2007	2008	2009	2010
Norte	70,4	73,1	73,7	75,3	75,7
Sul	59,2	63,8	64,8	66,3	67,1
Leste	52,1	55,8	56,0	58,7	59,4

Fonte: OCDE

Gráfico 14 – Participação da indústria de transformação e da construção civil na ocupação total – em % – 2007 a 2010



Fonte: OCDE

Box: A situação da Irlanda

Ao utilizar estritamente o critério geográfico de agregação de países, a Irlanda integra o grupo de países do norte europeu. Não obstante, após a crise internacional de 2008, percebe-se que sua dinâmica econômica e laboral é diferenciada. Na verdade, essa dinâmica é mais semelhante à de países do sul da Europa, como Espanha, Portugal, Itália e Grécia. Em termos de PIB, apesar de ter crescido entre 1,4 e 3,3 vezes mais que os países do norte entre 2001 e 2007, a Irlanda decresceu muito mais que eles no período 2008-2010. Ademais, em termos de desocupação, a taxa irlandesa sempre foi menor que a dos países do norte entre 2000 e 2007 – mas essa situação se inverteu nos anos seguintes, com sua desocupação aberta alcançando 14,4% em 2011. Por fim, em termos de ocupação, a Irlanda sempre criou mais oportunidades de trabalho que os países do norte entre 2000 e 2007 – mas, a partir de 2008, essa situação também se inverteu, com uma acentuada redução no nº de postos de trabalho em sua economia (em 2011, seu nível de ocupação retrocedeu quase ao nível de 2003). Em suma, apesar de localizada no norte da Europa, desde a crise internacional, a Irlanda apresenta uma dinâmica econômica e laboral mais semelhante à dos países do sul, todos caracterizados por contração do PIB e da ocupação, bem como por elevada desocupação aberta.

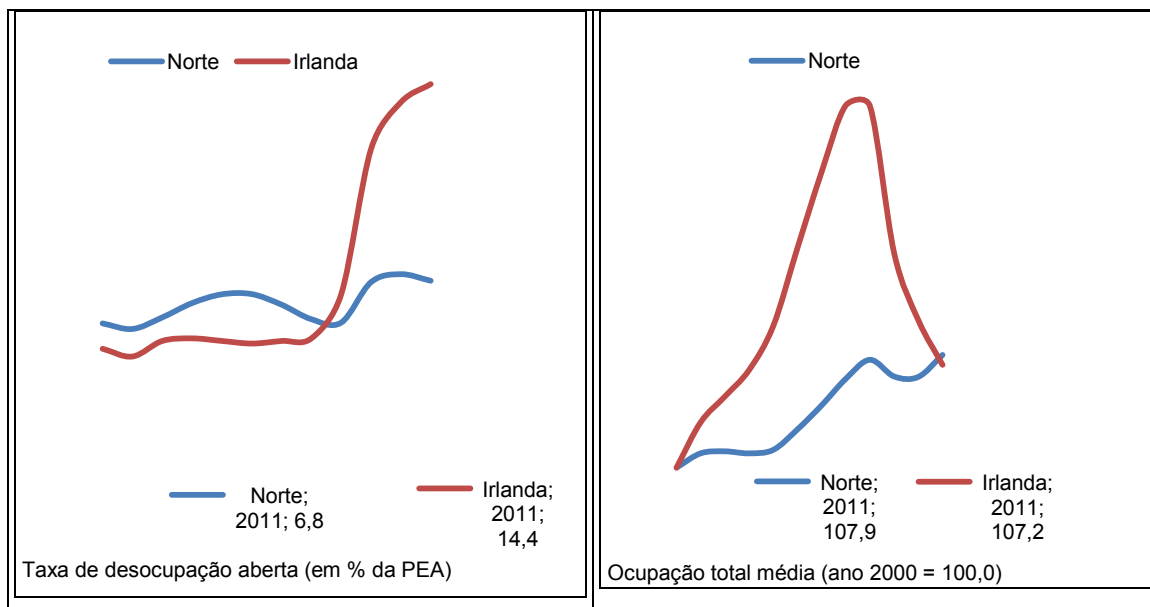
Taxa de crescimento anual do PIB - em % sobre o ano anterior

	Países do Norte	Irlanda	Diferença (em vezes)
2001	1,9	4,8	2,5
2002	1,8	5,9	3,3
2003	1,3	4,2	3,2
2004	3,1	4,5	1,4
2005	2,7	5,3	2,0
2006	3,6	5,3	1,5
2007	3,7	5,2	1,4
2008	0,3	-3,0	-10,8
2009	-4,4	-7,0	1,6
2010	2,3	-0,4	-0,2

Fonte: OCDE

Taxa de desocupação aberta e nível de ocupação total

Fonte: OCDE



Considerações sobre o mercado de trabalho europeu

Em suma, há dinâmicas econômicas e laborais muito distintas na Europa atualmente, sendo que a recuperação da crise internacional é mais complicada nos países do sul, que enfrentam uma realidade à parte de seus congêneres europeus. Nesses países, a recuperação com base no consumo de bens e serviços pelas famílias, com todos seus conhecidos efeitos positivos para as empresas e os governos, parece bastante difícil. Isso por conta do montante e do perfil do desemprego, bem como por causa da contração da remuneração do trabalho no período mais recente. E, como os mecanismos de mitigação dessa situação (como as transferências para proteção contra o desemprego ou os serviços de qualificação da força de trabalho) começam a ser desmontados em países como Espanha, Portugal, Itália e Grécia, não se pode esperar muito da recuperação com base na demanda interna no sul da Europa.

Nos demais países, incluindo os do leste europeu, a situação parece menos complicada, ainda que obviamente inspire cuidados. O nível de desemprego é menor e, além disso, decrescente a partir de 2010. Ainda que seu perfil de longa duração chame a atenção, ao menos nos países do norte tal problema pode ser mitigado pelas iniciativas estatais – que, mesmo com eventuais reformas de cunho fiscal, tendem a continuar atuando nos próximos anos. De forma associada, a remuneração do trabalho parece estar se estabilizando, ou mesmo começando a aumentar ligeiramente seu nível a partir de 2010 no caso dos países do leste. E isso pode facilitar uma recuperação baseada no consumo interno de bens e serviços – que é fundamental como saída para a crise,

mesmo reconhecendo que a exportação de bens é um componente relevante do PIB de alguns países do norte europeu (como a Alemanha, por exemplo)⁷.

5. Considerações Finais

A evolução recente da crise revelou, como esperado, as diferentes capacidades dos diversos países situados no centro capitalista. A economia norte-americana, mais dinâmica e inovadora, tem melhor conseguido superar as consequências da crise que ela mesma gerou. Os já debilitados países do sul europeu estão sofrendo, e irão continuar a sofrer, fortes contrações em sua base produtiva e agravamento da situação sociopolítica (empobrecimento, aumento das desigualdades e intensificação das tensões sociais, crises de legitimidade política). Os países do leste europeu, como alguns ditos emergentes, podem fazer da crise uma oportunidade para reduzir as distâncias que os separam dos demais integrantes do bloco. Já o norte da Europa começa a conhecer perspectivas mais interessantes, por conta do governo alemão ter conseguido aprovar no Parlamento o programa de apoio ao BCE e ao FEE. Esse fato e a disposição relativa do G20 em ampliar recursos ao FMI para destiná-los aos países mais frágeis da Europa, faz parecer que o último momento agudo da crise pode estar em processo de superação. Com isso o norte pode voltar a ter esperanças de lograr um aumento de exportações para o restante do continente.

Para o Brasil tem ficado claro que não se pode baixar a guarda. A competição interna e externa continua a se acirrar e o fluxo de entrada de capitais especulativos pode crescer, com as conhecidas e negativas consequências cambiais e fiscais. É mais do que necessário dispor de uma estratégia nacional global de enfrentamento da crise e de aproveitamento de oportunidades eventualmente vislumbradas.

O cenário de permanência dos juros baixos nas economias centrais permite vislumbrar a oportunidade para a aplicação de uma política de convergência de nossas taxas com as dos países centrais. Tal feito permitiria um novo padrão de organização das finanças empresariais e do Estado brasileiro e a superação deste desvio estrutural que por tanto tempo tem dificultado os processos de desenvolvimento nacional.

Notas

¹ Este Comunicado é parte do relatório interno construído no âmbito do Grupo de Trabalho sobre a Crise Internacional (GT Crise). Colaboram para o relatório e para este comunicado: Roberto González e André Gambier Campos, pela Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Ipea (Disoc); Victor Araújo, pela Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea (Dimac); José Bizarria, pela (Dirur); Luis Tironi Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais da Inovação, Regulação, e Infraestrutura (Diset); Ronaldo Coutinho Garcia, pela Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia, (Diest); e Luciana Acioly, André Calixtre, Murilo Pires e André Viana, pela Assessoria Técnica da Presidência do Ipea (Astec). Colaborou para a finalização e divulgação deste documento a Assessoria de Comunicação do Ipea (Ascom)

² Dados extraídos de BIVENS, Josh. “GDP growth disappointing in last quarter of 2011”. Obtido em <http://www.epi.org/publication/gdp-growth-disappointing-quarter-2011/> em 07/fev/2012.


³ Note-se que nem todos os países que constam do quadro 1 contam com informações econômicas e laborais atualizadas, ao menos a partir da fonte de dados aqui utilizada (séries estatísticas harmonizadas da OCDE). Tais países são: Malta, Chipre, Bulgária, Letônia, Lituânia e Romênia. Dessa maneira, pela ausência de informações, tais países não se integram às análises que seguem na primeira versão deste relatório.

⁴ Dados extraídos de BLS News Release (“The Employment Situation – January 2012”). Obtido em <http://www.bls.gov/> em 07/fev/2012.

⁵ Ambas as taxas se referem à população de 16 anos ou mais.

⁶ Dados extraídos de SHIERHOLZ, Heidi. “Nearly three years of a job-seekers ratio above 4-to-1”. Obtido em <http://www.epi.org/publication/job-seekers-ratio-above-4-to-1/> em 07/fev/2012.

⁷ Até porque a exportação de bens por países do norte europeu, como a Alemanha, é fortemente dependente da importação por outros países do próprio continente, como a Espanha e a Itália.



Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República